

“FREIXO DE ESPADA À CINTA – abastecimentos alimentares em tempos de Guerra (1914 – 1918)”

José Pedro Reis*

RESUMO: A presente inquirição histórica irá se focar no concelho de Freixo de Espada À Cinta que está localizado no interior do país, compreendendo os reais impactos das carências alimentares nos elementos da sua população que foram provocados pela crise das subsistências em consequência da Iª Guerra Mundial. O apoio da documentação presente no seu arquivo municipal será fundamental para esse escrutínio, aproximando a investigação dos reais impactos no abastecimento alimentar para aqueles elementos que tinham a sua vida condicionada no decorrer do conflito com a privação alimentar, motins, ameaças ao poder político instalado, etc. A indagação de um período negro da história em que as situações nefastas extrapolavam também por acontecerem num concelho com graves limitações estruturais e sobretudo isolado do poder central.

PALAVRAS-CHAVE: Freixo de Espada À Cinta; Guerra; Subsistências; Carência alimentar.

"Freixo de Espada À Cinta - food supplies in times of war (1914 – 1918)"

ABSTRACT: The present historical enquiry will focus on the municipality of Freixo de Espada À Cinta which is located in the interior of the country, understanding the real impacts of the food shortages on the elements of its population that were caused by the subsistence crisis as a consequence of World War I. The support of the documentation present in its municipal archive will be fundamental for this scrutiny, bringing closer the investigation of the real impacts on the food supply for those elements that had their lives conditioned during the conflict with food deprivation, riots, threats to the installed political power, etc. The investigation of a dark period of history in which the disastrous situations were also extrapolated because they took place in a municipality with serious structural limitations and, above all, isolated from central power.

KEYWORDS: Freixo de Espada À Cinta; War; Food Stuffing; Food Shortage.

"Freixo de Espada À Cinta - suministros de alimentos en tiempos de guerra (1914 – 1918)"

RESUMEM: La presente investigación histórica se centrará en el municipio de Freixo de Espada À Cinta que se encuentra en el interior del país, comprendiendo los impactos reales de la escasez de alimentos en los elementos de su población que fueron causados por la crisis de subsistencia como consecuencia de la Primera Guerra Mundial. El apoyo de la documentación presente en su archivo municipal será fundamental para este escrutinio, acercando la investigación de los impactos reales en el abastecimiento de alimentos para aquellos elementos que tuvieron su vida condicionada durante el conflicto con la privación de alimentos, los disturbios, las amenazas al poder político instalado, etc. La investigación de un periodo oscuro de la historia en el que las situaciones desastrosas también se extrapolaron porque tuvieron lugar en un municipio con graves limitaciones estructurales y, sobre todo, aislado del poder central.

PALABRAS CLAVE: Freixo de Espada À Cinta; Guerra; Subsistencia; escasez de alimentos.

*Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Atualmente é Doutorando em História pela mesma Faculdade. Contato: Rua Dom João VI, P.57, 5D, 4785-304, Trofa, Portugal. Email: josepedroreis88@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2850-9784>

Introdução

Antes de iniciar a arguição relativamente ao panorama de subsistências da comunidade de Freixo de Espada à Cinta, no espaço temporal referente aos anos do primeiro conflito mundial, é fundamental referir que a agricultura nos anos imediatamente anteriores, poderia chamar-se, segundo José Augusto dos Santos Varela, simplesmente de cereais. Nesse período temporal o pão de trigo era a base da alimentação daqueles que auferiam baixíssimos rendimentos do seu trabalho que era a grande falange da sociedade. Do ponto de vista espacial, o fenómeno em estudo verifica-se sobretudo no Norte de Portugal, em Trás-os-Montes, a região de Freixo de Espada à Cinta.¹

O presente artigo pretende abordar a questão das subsistências no concelho de Freixo de Espada À Cinta no decorrer da Iª Guerra Mundial, suprimindo a ausência de estudos sobre esta temática relativamente aos territórios do interior, atendendo que a historiografia tem colocado especial atenção nos grandes centros urbanos e centros de decisão política, ignorando este tipo de territórios.

O conceito de subsistências neste artigo é justificado como a garantia dos elementos da sua comunidade em conseguirem garantir a sua alimentação diária, como também com as condições necessárias para a sua concretização.

O concelho de Freixo de Espada a Cinta está localizado no interior do distrito de Bragança, geograficamente afastado de outros concelhos, inclusivamente dos concelhos vizinhos, alimentando esse afastamento pelas dificuldades crónicas nas acessibilidades e também nos circuitos dos transportes, não ignorando o relevo acidentado da região que impedia ou pelo menos atrasava a construção de uma rede viária e de comunicação em maior e sobretudo melhor escala.

Atestando a argumentação presente no parágrafo anterior, relativamente às dificuldades de comunicação e de transporte, apenas em 1927 o caminho de ferro chegaria aquele concelho. Durante inúmeros anos a estação terminal da Linha do Sabor, a linha ferroviária que iria servir aquele município tinha a sua estação terminal em Carviçais que era uma freguesia do concelho de Torre de Moncorvo.

Até aquele acontecimento a realização de trocas comerciais era complexa, repercutindo-se obviamente nas questões de subsistências para os freixenistas como iremos arguir no decorrer deste artigo.

A razão primordial para a elaboração desta inquirição história é compreender como foi encarado este conjunto de problemas pelo poder e comunidade local, como igualmente entender a evolução dos acontecimentos num território deslocado dos radares do mediatismo político e social, escrutinando as soluções que foram possíveis de encontrar e concretizar, por conseguinte, as dinâmicas locais e se esse afastamento irá se traduzir em consequências nefastas para a sua comunidade.

Um município com uma economia de cunho claramente rural, onde o grosso dos seus habitantes eram trabalhadores agrícolas, poderia a solução dos seus problemas estar mais próxima de acontecer, mas, considerando este argumento será que foi uma solução? Os problemas foram atenuados? Questões que o presente artigo pretende que sejam resolvidas, contribuindo para um conhecimento mais amplo da temática das subsistências na Iª Guerra Mundial em Portugal.

A tentativa de respostas a estas perguntas, irá se basear-se-á principalmente na indagação em documentos históricos do Arquivo Municipal da localidade que permite uma visão micro da situação, como também em obras de referência editadas anteriormente e em diferentes momentos sobre a Primeira República (economia, agricultura, entre outros temas).

Por último, num plano mais amplo procurando por um retrato nacional, torna-se possível afirmar desde uma fase introdutória que a situação económica do país era bastante débil apesar dos esforços das políticas económicas de guerra para garantir o abastecimento do País em bens essenciais à subsistência quotidiana da população.

A concretização dessa política teve diversos patamares de ação, num primeiro nível era necessário definir uma política de controlo de preços e por último no patamar seguinte, encontrar os instrumentos necessários para possibilidade de haver capacidade de resposta da produção agrícola.² Será que estas iniciativas surtiram em resultados positivos no concelho freixenista?

Retrato Social

Se é pretendido escrutinar as temáticas de subsistência, implica obrigatoriamente explicar a situação da sociedade do referido concelho naquele momento da história.

Será rapidamente compreendido por mim as enormes dificuldades relativamente às subsistências neste território.

Rapidamente se compreende, numa análise superficial da diversa documentação disponível que a situação no respeitante às subsistências era preocupante, encaminhando as

autoridades para a necessidade imperiosa de solucionar aquela situação nefasta para o seu povo.

A indagação por soluções estava evidente nas reuniões do executivo municipal: “Seguidamente propôs que se aumentasse em \$04 diários aos cantoneiros municipais, visto a carestia de vida e os \$20 acordados não chegavam para um pão...”.³

A confirmação do referido valor assoma no relatório da Comissão Administrativa do município, uma informação concretizada em 1916 que iria seguir para o Governo Civil em que se asseverava que a média de salários era mesmo de \$20.⁴ As dúvidas relativamente à situação de miséria que a população enfrentava vão se dissipando nesta arguição.

Um relato dramático em que ficava inequívoco as extremas dificuldades com que o comum cidadão tinha de viver, apesar dos aumentos dos salários esse valor era curto e não conseguia de todo satisfazer as necessidades elementares da sua vivência como a compra de um simples pão, o supramencionado pilar da sua dieta alimentar.

O salário era bastante reduzido e não permitia acompanhar a evolução dos preços dos produtos alimentares como foi referido no parágrafo anterior, o degradar da situação social estava a ser potenciado e o futuro era incerto.

A confirmação da obstrução em seguir o desenvolvimento dos preços dos produtos alimentícios é bastante notória se atendermos que a evolução dos preços em Portugal que se inicia em 100 relativamente ao custo de vida passa rapidamente para 240⁵, um incremento avassalador para os preços que mais que duplicarem em apenas 4 anos.

As informações relativamente aos vencimentos dos elementos da população são escassas, todavia, um estudo realizado em 1916 relativamente ao concelho de Freixo de Espada à Cinta que se debruçou sobre a sua realidade social e económica, com foco nas atividades laborais dos seus habitantes, divulgou que a maior parte dos elementos da sua população eram agricultores, ocupando essas funções mais de mil habitantes, seguindo-se os operários que eram pouco mais de meio milhar de trabalhadores, com os comerciantes e os funcionários públicos a representarem um número residual e os industriais eram somente cinco.⁶

Os números referidos no parágrafo anterior apresentados sem um enquadramento mais global dificilmente serão perceptíveis, mas se referirmos que os Censos populacionais em 1911 apontavam a existência de uma população de 6981 habitantes para perder aproximadamente 10% desse valor no espaço de apenas 9 anos, torna-se evidente que o setor primário era o maior empregador daquele município.

A existência de um reduzida quantidade de elementos ligados as indústrias assegura de forma inequívoca como o tecido do setor secundário e terciários eram extremamente frágeis e com pouca expressividade, alimentando a dependência económica do setor agrícola que também acabaria por ser bastante débil conforme será explanado nesta arguição nas próximas seções.

Analisando sucintamente a informação destes parágrafos é de supor que a pressão para garantir as suas subsistências pelos elementos que estavam nos estratos mais baixos económicos foi sempre permanente, desde os primórdios deste conflito e no decorrer do mesmo. O continuo degradar das condições sociais e económicas, sustentando um quadro de penúria alimentar que não parecia ter capacidade de término.

Municipalização das Subsistências

O afastamento do poder político da nação, motivada pelos fatores referidos anteriormente, fez com que as autoridades locais tomassem uma atitude mais proativa para a resolução dos problemas, ocorrendo a municipalização das subsistências.

A municipalização das subsistências era um processo que se tornava cada vez mais inevitável, se considerarmos o degradar do cenário social e económico daquele pequeno município. Uma situação que se repetia um pouco por todo o país, com vários municípios a não conseguirem terem os seus fluxos de abastecimento alimentar normalizados, aliada essa situação com o facto de os privados não conseguirem integrar as suas estratégias comerciais com o bem-estar da população.

O principal foco das entidades privadas do setor alimentar era obviamente o lucro, não demonstrando de forma evidente algum interesse inequívoco na acalmia dos mercados e também dos consumidores através de várias estratégias, sobretudo o abatimento dos preços de venda ao público dos produtos alimentares.

Evidentemente que a governação existe em vários patamares não sendo possível centrar apenas esta inquirição na governação local, distendendo o escrutínio das práticas governativas para outros níveis, concretamente a nível nacional que perante a crise financeira, o aumento da circulação fiduciária, o respetivo incremento dos preços de diversos produtos, dilatação da dívida pública, crescimento da especulação financeira que iriam permitir e inclusivamente potenciar a intervenção do Estado nas atividades económicas e financeiras.⁷

No parágrafo anterior é evidente que o poder central estava refém de uma crise económica, com múltiplas fontes de conflito que não pareciam ser de fácil resolução e o poder local via a sua responsabilidade a crescer inequivocamente.

Perante a argumentação dos parágrafos anteriores, a municipalização era de facto o caminho natural que os elementos das autoridades iriam ter de percorrer, não havia grande espaço temporal e sobretudo recursos para concretizar um plano nacional, restando um plano para ser implementado numa escala micro, alusão para os municípios que depois iriam corresponder-se e indagar soluções com os Governos Cívicos e até com membros e organismos do Governo central.

A municipalização das subsistências pela informação que foi possível retirar da documentação que foi exequível consultar ocorreu naquele território apenas em 1916, como atesta uma das atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal:

A comissão em virtude da gravidade e do assunto, pois escasseia o cereal e o preço atualmente ser excessivo deliberou adquirir por si próprio, evitando assim açambarcadores e intermediário que levaram um bom lucro que esta no elevado preço do cereal e harmonia inacessível as classes pobres.⁸

A falta de cereal, a aparente impossibilidade de estabilizar os mercados a curto prazo se continuasse a deixar a funcionar por si mesmo, encaminhou a administração local para a necessidade de garantir o funcionamento e regulamentação daqueles mercados, atestando a argumentação do presente capítulo.

As municipalizações das subsistências passavam por colocar o poder e as instituições locais a irem comprar o produto diretamente ao fornecedor, para seguidamente vender ao público a um preço controlado e poder tentar trazer alguma estabilidade social e económica.

Os elementos das autoridades esforçavam-se por garantir a provisão dos mercados e a respetiva normalização dos circuitos comerciais, mas, acabavam as suas várias medidas por redundar em insucesso, escrevendo-se em julho de 1918 que naquele concelho após os diversos arrolamentos carecia: açúcar, batata, feijão e arroz. Assegurando-se que havia enorme necessidade daqueles produtos.⁹

Sobre os mercados ou feiras a sua realização em Freixo de Espada à Cinta, não assomam informações na documentação relativamente à existência desses eventos neste território, porém, é crível a sua realização, contudo com uma expressão mais modesta que as que se realizavam nas localidades das suas proximidades.

A existência de um mercado/feira por razões óbvias arriscaria a ser uma excelente solução para ajudar a combater estas dificuldades de subsistências, o público tinha um mercado para comprar e os produtores tinham também um mercado para transacionar os seus produtos.

Relativamente à municipalização das subsistências que era efetuada, meses antes a 22 de abril de 1918, o Ministro das Subsistências e Transportes, António Machado Santos, uma das maiores figuras do regime republicano, através do decreto nº4125 declarava a criação dos celeiros municipais que nas próprias palavras do decreto eram organismos das câmaras municipais que tinha de haver pelo menos um por cada concelho.

As funções dos celeiros municipais era de ajudarem a Repartição de Cereais e Panificação da Direção Geral de Subsistências, na aquisição, armazenagem e distribuição, em todo o território nacional, do centeio, milho, trigo, das futuras colheitas e das farinhas desses cereais, como igualmente a quantidade daqueles cereais que era dedicado à exportação.¹⁰

O supramencionado equipamento em Freixo de Espada à Cinta é de difícil escrutínio, uma vez que a documentação escasseia, mas, atendendo a ser um fenómeno nacional é categórico que tenha sido uma realidade neste território.

A comprovação da sua existência é validada pelas memórias dos seus habitantes que têm recordações daquele equipamento, todavia, a data de instalação do mesmo é desconhecida do autor da presente argumentação.

Ultimando, o escrutínio da municipalização das subsistências é patente que os objetivos não foram atingidos, suportando essa argumentação com a constante carência de diversos produtos para o abastecimento da sua produção no decorrer do conflito.

Abastecimento de subsistências

O abastecimento das subsistências é um tema capital para o presente artigo, iniciando o escrutínio desta problemática, a estrutura económica de Portugal apoiava-se na agricultura e até era rico em determinados produtos agrícolas que permitiam um bom volume de exportações, mas o solo era pobre em nutrientes e por isso pouco adequado à cultura do trigo.¹¹

O parágrafo anterior é imperioso porque se o setor primário fosse pujante era um possível apoio para a resolução do cenário pernicioso das subsistências que estava instalado em Portugal.

A pertinência do abastecimento de subsistências é notória, quando se denota com grande facilidade que o poder local tinha a perfeita noção que a produção de cereais era diminuta no seu território e a sua ação era num primeiro patamar bastante frágil, procurando receber instruções de organismos governativos de outros patamares superiores para compreender como poderia regular e apoiar as pequenas produções de trigo para minorizar a dependência externa.¹²

A cultura do trigo e o seu fraco resultado era a justificação para a diminuta produção de cereais, António de Oliveira Salazar foi bastante explícito em mais que uma das suas crónicas, referindo que facilmente outros países conseguiam produzir por hectare duas, três, quatro e por vezes cinco vezes mais que os portugueses.¹³

No escrutínio sobre Freixo de Espada à Cinta, este município não tem um comportamento dissemelhante da maioria dos outros concelhos, conforme é perceptível na presente arguição. O perigo da fome era latente e havia a noção que mesmo nos melhores anos de produção que mais de 1/6 da população portuguesa, aproximadamente 16% da população não tinha pão na sua casa para comer, mesmo antes da guerra se iniciar, mas, obviamente com números menos expressivos, sendo que todos os anos se complicava a situação económica com a saída de grandes remessas de ouro para a compra de cereais no estrangeiro, todavia com essas importações a situação social era normalizada.¹⁴

Nos anos anteriores ao principiar do conflito, a confiança na compra no estrangeiro e obviamente a capacidade de transportar as mercadorias para solo nacional que era conseguida com relativa facilidade fazia com que as subsistências não fossem tomando graves prejuízos para o público e a situação fosse decorrendo com a normalidade possível.

Sobre Freixo de Espada à Cinta, obviamente que não deve ser descurado que a maior parte da área agrícola deste concelho era pouco rentável para a produção de cereais, conforme já foi explicado previamente, nesse sentido se alimentarmos protecionismos era demagogicamente errado por ser irrealizável de se concretizar e simplesmente contribuir para o continuar dos problemas.

A área agrícola era pouco rentável para a produção cerealífera, contudo, exportava: azeitona, azeite, vinho amêndoa, lã, queijo, laranja, e por último, sedas cruas e cortiça. Importando: batata, feijão, grão-de-bico e cereais.¹⁵

Considerando os produtos importados, menção importante para a batata e o trigo que eram os pilares da alimentação do comum cidadão de classe económica/social baixa, o patamar da pirâmide social que a maioria dos habitantes deste município ocupavam. Perante

isto, é notória as dificuldades de grande parte dos elementos da população em garantir a sua subsistências

As arduidades que os elementos do poder local passavam para conseguir a alimentação dos elementos da sua população, no início de 1916 era anunciado pelo poder local que seria necessário 100 mil quilogramas de trigo e 66 mil de centeio para o abastecimento do seu mercado interno.¹⁶ Uma marca que estava longe de ser atendida pela débil produção local e era um sinal inequívoco de todas as complexidades que têm sido expostas.

Deve-se fazer um parêntesis, para fundamentar a fraca produtividade com a área cultivada que era de 400 quilómetros quadrados e a área inculta ser de 200 quilómetros quadrados.¹⁷ Estamos perante 1/3 da área que não era cultivada e essa situação traduzia-se em graves problemas para a sua produção agrícola que conforme tem vindo a ser descrito era bastante escassa.

Refletindo sobre a área disponível para cultivo, subsiste um elemento elementar que deve ser tido em consideração: se a existência de território agrícola por ocupar que poderia e putativamente iria acrescentar mais algum resultado à produção de cereais, impreterível asseverar que o trigo era o cereal das culturas extensas, das regiões de população de baixa densidade e também da grande propriedade; o milho era o resultado de uma cultura intensa; restando o centeio para as terras pobres e acidentadas que estavam impedidos de produzir trigo ou milho.¹⁸

Atendendo à afirmação que esta materializada no parágrafo anterior, o concelho de Freixo de Espada à Cinta estava condenado irremediavelmente à cultura de centeio e a plantação de trigo era praticamente utópica.

Perscrutando a informação de parágrafos anteriores em que as quantidades necessárias de trigo eram elevadas comparadas com as de centeio, é a validação das informações precedentes, aquela elevada quantidade de trigo era necessário devido à não apetência do solo e também da dimensão dos terrenos em que a propriedade em Freixo de Espada à Cinta se caracterizava de reduzida dimensão, contrariando tudo o que era necessário para o seu cultivo.

Nas dinâmicas de abastecimento que eram necessárias materializar devido à ausência de capacidade de resposta da produção local, pelos motivos inumerados anteriormente a solução passava principalmente por recorrer a concelhos vizinhos, sendo o concelho de Mogadouro o solucionar destas difíceis carências.

No estudo das várias dinâmicas de abastecimento concretizadas por outros autores que concretizam alusões evidentes para o trabalho da Manutenção Militar que tentava saciar os

pedidos de requisição dos cereais dos vários concelhos, era expectável que se tentasse compreender a presença dos interesses desta instituição e se era uma realidade naquele território.

A análise da documentação disponível no Arquivo Municipal desta localidade possibilita compreender que essa solução não era colocada em prática, preferindo os seus responsáveis uma solução mais próxima para a concretização do abastecimento do seu território.

As informações relativamente à existência de atividades da Manutenção Militar neste concelho, surgem particularmente na obrigação de o trigo ser vendido em exclusivo aquela instituição, intimidando os proprietários a procederem dessa forma.

A concretização dessa venda tinha de ser realizada no espaço temporal de 30 dias após a sua colheita e caso não o fizessem seriam autuados ao preço de 50 centavos por cada quilograma apreendido, podendo somente ficar na sua posse o que era destinado à sua alimentação.¹⁹ Essencial aludir que o valor da multa era bastante elevado para a realidade económica existente.

Refletindo que no presente capítulo ter sido supramencionada a solução do concelho de Mogadouro para a compra de cereais naquele território é indispensável mencionar que num primeiro momento, não existem referências para o entendimento se foi uma atividade económica realizada entre os dois municípios ou se foi simplesmente a compra da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta diretamente com o vendedor e se igualmente não se estabeleceu uma relação recíproca.

As alusões para a compra de cereais em território mogadourense são relativamente contínuas, assomavam principalmente nos momentos de maior carência. Uma menção para o dia 10 de março de 1916 relativamente à compra de cereal numa freguesia do vizinho concelho de Mogadouro, concretamente Bruçó em que nessa compra tinha sido conseguido respeitar o preço previamente estabelecido, apesar de ter de se acrescentar as custas para a realização do seu transporte.²⁰

O transporte daqueles carregamentos era acompanhado por elementos das forças policiais, sendo comum os pedidos para a concretização destes transportes nas sessões da Comissão Executiva freixenista, como exemplifica o pedido de escolta a iniciar na freguesia de Lagoaça, território fronteiriço com Mogadouro com destino a Freixo.²¹

O acompanhamento com elementos das forças policiais mostra o valor da carga, como também o risco de a mesma sofrer descaminho ser elevado o que podia acontecer por ação de

populares que em vários pontos do país assaltavam aqueles carregamentos para garantirem a sua subsistência.

Os problemas de abastecimento eram constantes e arrastavam-se por vários meses e inclusive anos, na véspera de Natal de 1917 era informado o Governador Civil de Bragança que a falta de cereais era enorme em: Freixo, Poiães, Mazouco, Ligares, estando numa situação aflitiva.²² A grande maioria das freguesias do concelho em escrutínio.

As freguesias de Lagoaça e Fornos não eram referenciadas talvez por serem as mais próximas geograficamente de Mogadouro, o principal mercado abastecedor de cereais conforme tem vindo a ser descrito.

A localização geográfica privilegiada daquelas freguesias, tinham uma grande relevância porque o abastecimento de vários produtos alimentares a ser materializado, favorecia as relações entre os dois concelhos e seria também vantajoso para ambos. Perante este fundamento o concelho de Mogadouro era elementar não somente no que respeita aos cereais, mas igualmente em outros produtos, aumentando exponencialmente a sua importância.²³

A solução para o abastecimento das subsistências poderia passar igualmente por Espanha, um território geograficamente próximo, apenas com o rio a separar os dois países, algo que exclusivamente no que foi possível averiguar com uma solução derradeira pois as exportações estavam proibidas, como similarmente a falta de produtos no mercado oficial poderia motivar esse esfriar de soluções.

A 29 de julho de 1918 foi solicitado ao Governador Civil a livre circulação de produtos para aquele concelho que se realizava através da fronteira espanhola, porque corriam notícias que em Espanha havia uma grande quantidade disponível de produtos alimentares.²⁴

A solução para o problema do abastecimento de produtos alimentares poderia estar a escassos quilómetros de distância, no vizinho território de Espanha.

Relativamente à livre circulação de produtos é latente uma situação que impedia a execução dessa situação, o contrabando de inúmeros tipos de produtos alimentícios que ia acontecendo com alguma regularidade, exemplo a apreensão de cereais que eram oriundos de Espanha e que tinham entrado em território nacional pela freguesia de Fornos e eram encaminhados para Carviçais, a estação terminal da Linha do Sabor. A mercadoria acabou por ser apreendida e vendida à população em geral.²⁵

A notícia do parágrafo anterior assevera que o contrabando era uma prática que estava enraizada nos dois lados da fronteira, não sendo executado unicamente para o território

espanhol, obrigando as autoridades a tomarem medidas que por arrasto iriam condicionar os circuitos comerciais.

Instabilidade Social

A instabilidade social no espaço temporal que decorreu o conflito (1914-1918) foi elevada, se considerarmos tudo que tem sido descrito, as desmedidas arduidades no aprovisionamento de cereais e outros alimentos era sentida pela comunidade freixenista desde praticamente o início do antagonismo.

No mês de abril de 1915, para o Governador Civil eram enviadas missivas pelo Administrador Municipal a asseverar que havia grande excitação naquele concelho, motivadas pela falta de pão.²⁶

O caminho mais rápido para neutralizar aquelas conjunturas de tensão era solicitar o envio de mais elementos da Guarda Nacional Republicana para manter a paz nas ruas daquela comunidade.

A falta de normalidade social poderia ser passageira, mas não se releva apenas em atos isolados, se escrutinarmos os vários telegramas presentes no arquivo que tinham sido enviados para a governação distrital, a preocupação e relatos de possíveis incidentes eram persistentes e a solução passava na maioria das vezes por rogar apoio policial a outros postos das redondezas, conforme tem vindo a ser descrito.

No mês de março de 1916, concretamente no dia 20, o povo daquela vila seguramente saturado de tanta indefinição e de arrastar dos problemas, sem soluções próximas de se tornarem práticas e funcionais, concentrou-se em frente ao edifício da Administração Municipal a pedir trigo e centeio.

Ao Administrador Municipal restou-lhe pedir novamente que fosse materializada a satisfação do pedido de abastecimento que constava desde o dia 10 do mês passado, em que pedia 100 mil quilogramas de trigo e 66 mil de centeio.²⁷

A situação era complexa, considerando que não tinham produtos alimentares e as autoridades locais ficavam mais de um mês à espera de uma simples resposta para poderem adquirir novos produtos e os dilemas iam se avolumando com a agravante da solução estar a poucos quilómetros de distância no concelho vizinho de Mogadouro.

A exposição concretizada no parágrafo anterior, reflete o resultado dos problemas burocráticos que eram contínuos, escasseavam coisas elementares para a sua resolução tais como as guias de trânsito de cereais e outros géneros, sem esses documentos não era

praticável concretizar as respetivas transações e a situação era extremada quando não havia verbas para fazer face a essas simples despesas. O poder local limitava-se a pedir papel para os ofícios e dizia que não chegava para todo o ano.²⁸

Seguramente que a população não era alheia a tudo o que se passava em seu redor, ampliando a ansiedade e o receio dos seus elementos, a situação ainda se degradava em maior escala, o que fez com que novamente surgissem momentos de tensão no seio da comunidade popular.

No dia seguinte a tensão aumentou e o Administrador Municipal declara taxativamente: “Não me responsabilizo por manutenção da ordem pública caso não seja satisfeito urgentemente as reclamações dos meus telegramas de ontem”.²⁹

O cenário era cada vez mais complexo, as autoridades locais estavam próximas do seu esgotamento, o que era extraordinariamente perigoso e iria degradar seguramente a situação daqueles cidadãos.

Os pedidos de reforço de militares da Guarda Nacional Republicana eram constantes e não paravam de ocorrer nos meses seguintes daqueles incidentes, o que era perfeitamente compreensível atendendo à falta de soluções políticas e também económicas para aqueles problemas.

A situação não era passageira e com alguma naturalidade, na véspera de Natal de 1917 era pedido o reforço de elementos daquela força policial concretamente de 10 elementos, um número próximo do contingente de muitos postos policiais daquela região.³⁰ Considerando o elevado número de elementos mobilizados é de simples perceção que a situação estava longe de ser pacífica e os momentos de tensão tinham entrado na rotina das suas comunidades, terminando apenas com o fim da 1ª Guerra Mundial.

Conclusão

O historiador Pedro Lains é perentório relativamente aos impactos das Primeira Guerra Mundial, asseverando que aquele conflito marcou o fim do período de crescimento económico que era uma marca desde a segunda metade do século XIX.³¹

Escrutinando a informação apresentada nas seções anteriores, é exequível asseverar que os circuitos comerciais eram limitados e de difícil execução naquele território que ironicamente nas suas fronteiras tinha duas linhas de comboio, sendo que uma delas era basilar para a economia nacional, menção para a Linha do Douro, mas, as mesmas não penetravam naquele território, mantendo sempre um serviço deficitário para aquele concelho.

A Linha do Douro estava instalada na outra margem do Rio Douro, no vizinho concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e a Linha do Sabor estava ainda bloqueado o seu crescimento até Miranda do Douro, ficando por vários anos a sua estação terminal no município de Torre de Moncorvo.

Elementar mencionar também que a existência de caminho de ferro poderia não ser sinónimo de abastecimentos, principalmente quando havia uma série de greves dos trabalhadores daquele setor que paralisavam aquele serviço de transporte, forçando a procura de alternativas que na prática não existiam ou eram muito arcaicas. Um pequeno parêntesis para declarar que o transporte rodoviário era bastante frágil, limitado e sobretudo com pouca utilidade, atendendo à limitação da rede viária na região de Freixo de Espado à Cinta.

Atendendo às elevadas necessidades do país em abastecer de produtos alimentares, com o comboio a ser a única alternativa válida, a pressão sobre este meio de transporte será asfixiante, ao ponto de ser impossível satisfazer todas as solicitações de transporte devido à falta de locomotivas e vagões.

Considerando que anteriormente ao eclodir do conflito o garante de provimentos dos mercados com produtos alimentares era por vezes intrincado, com o desregular da situação económica e política iria fragilizar essas práticas, o que iria obviamente resultar em quebras e falhas no abastecimento.

A historiadora Ana Paula Pires é bastante explícita na argumentação que demonstra essas arduidades, afirmando que as situações de conflito acarretam uma adaptação, potencializando o surgimento de novos métodos de organização social, muitos deles alternativos, um caminho alternativo que segundo a própria simplesmente irá surgir em momentos de conflito.³²

As opções que eram necessárias de realizar e conforme foi sendo descrito foram tomadas, acabariam por falhar redondamente e a situação social por arrastamento provocou alterações da ordem pública que esteve sempre presa por uma ténue estabilidade que se materializava no reforço das autoridades.

Esboroando a situação nefasta em que o país mergulhava naquele momento, falava-se de fome no país, as colheitas foram escassas no interior, os anos agrícolas foram terríveis por causa das chuvas prolongadas, o preço elevado dos adubos e igualmente a falta de sementes, além das complicações de abastecimento nos mercados externos, ampliando obviamente a procura e o consumo.

Os preços de transporte cresciam sem parar, poderia existir uma hipotética abundância de outros géneros, mas o cereal era a base de exploração agrícola e de alimentação dos elementos da sociedade.³³ Uma situação evidenciada com grande impacto sobretudo em 1915.

Atendendo a tudo que foi exposto no parágrafo anterior era previsível e inevitável a repercussão desta situação perniciosa em concelhos com poder político mais frágeis em resultado do isolamento institucional como é o caso do concelho de Freixo de Espada à Cinta.

A comunicação é elementar para a materialização das relações comerciais que deveriam evoluir naturalmente para as trocas comerciais, algo que não era simples para aquele município que poderá ter piorado o desenrolar dos vários acontecimentos, testemunhando essa mesma dificuldade, quatro anos antes em 1910 na sequência da Revolução Republicana em que somente 4 dias depois seria iria ser proclamada a mudança de regime em Freixo de Espada à Cinta.³⁴ O país em alvoroço e só praticamente uma semana depois iria chegar a notícia aquela localidade.

No concelho de Freixo de Espada à Cinta, uma situação evidente no que respeita ao abastecimento das subsistências foi que o sistema privado iria fracassar redondamente, não conseguindo corresponder aos anseios da comunidade e iria encaminhar com alguma naturalidade para o setor público a procura por soluções.

Os representantes do poder autárquico iriam ficar responsáveis por garantir, regular, estabilizar e comercializar os produtos alimentares necessários para a sua população.

No sentido do parágrafo anterior, os quatro anos de conflito iriam deixar um Estado mais interventivo na economia, com a criação por exemplo do Ministério das Subsistências e Transportes, porém, os sistemas de transportes continuaram a ser altamente deficitários.

O tabelamento de preços por ação dos elementos governativos também foi uma realidade, mas não favoreceu a resolução dos vários problemas.

O manifesto de produções também se tornou obrigatório, o que irá aumentar a desconfiança e o descontentamento dos produtores, desconhecendo se em Freixo de Espada à Cinta foi concretiza com sucesso esse passo burocrático, mas muito provavelmente não foi.³⁵

A dimensão dos efeitos financeiros da guerra em Portugal foi das mais importantes, à escala europeia, arguindo Pedro Lains que assegura que a inflação sentida neste país foi das mais altas entre os países envolvidos.³⁶

Finalizando este escrutínio, as arduidades para a vida dos residentes do município de Freixo de Espada à Cinta foram avassaladoras e orientavam essa frustração para problemas de

tensão que redundavam em constantes reforços de elementos da Guarda Nacional Republicana naquele território para evitarem confrontos.

As arduidades eram elevadas e de difícil resolução considerando que falhavam inúmeras coisas elementares, tais como papéis para formulários que eram vitais para acompanhar as mercadorias e ficavam os mercados condicionados pela simples falta de documentação.

O concelho de Freixo de Espada à Cinta, em suma, não divergiu muito das realidades de outros concelhos, findando o escrutínio com a necessária observação que a situação social naquele território não redundou em situações mais gravosas socialmente devido à sua proximidade para com o concelho de Mogadouro que foi respondendo na maioria das vezes positivamente aos pedidos de abastecimentos de diversos alimentos e dessa forma com maior ou menor dificuldade os populares iam garantido a sua subsistência.

Notas

¹ VARELA, José Augusto dos Santos. *A memória e os tempos: 1918 – 2018 Algumas recordações no 100º Aniversário do Ministério da Agricultura*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, 2019, p.30

² PIRES, Ana Paula. A Organização da Economia de Guerra (1914 – 1919). In LOUSADA, Abílio Pires; ROCHA, Jorge Silva (Cord.) *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp.93 – 107.

³ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Atas das sessões da comissão executiva da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1914 – 1920, manuscrito, p. 21

⁴ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA, ADBGC-GOV-CX630010. Administrador Municipal de Freixo de Espada à Cinta, manuscrito.

⁵ LAINS, Pedro. *Os Progressos do Atraso: Uma nova história económica de Portugal, 1842 – 1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p.158

⁶ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA, ADBGC-GOV-CX630010. Administrador Municipal de Freixo de Espada à Cinta, manuscrito.

⁷ PIRES, Ana Paula. A Organização da Economia de Guerra (1914 – 1919). In LOUSADA, Abílio Pires; ROCHA, Jorge Silva (Cord.) *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp.93 – 107.

⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Atas das sessões da comissão executiva da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1914 – 1920, manuscrito, p.19

⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas, 1910 – 1921.manuscrito

¹⁰ DIÁRIO DO GOVERNO, nº84/1918, Série I de 1918-04-22. Manuscrito. 22-04-1918

¹¹ MARQUES, António Oliveira. *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores, 2010, p.19

¹² ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas, 1910 – 1921. Manuscrito.

¹³ SALAZAR, António de Oliveira; VALÉRIO, Nuno. *O Ágio do Ouro e outros textos económicos: 1916 – 1918*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p.157

¹⁴ ANDRADE, Anselmo de; JUSTINO, David. *Portugal Económico e outros escritos económicos e financeiros (1911 – 1925)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p.68

¹⁵ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA, ADBGC-GOV-CX630010. Administrador do Município de Freixo de Espada À Cinta. Manuscrito.

¹⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Atas das sessões da comissão executiva da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1914 – 1920. Manuscrito, p.10

- ¹⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE BRANGANÇA, ADBGC-GOV-CX630010. Administrador do Município de Freixo de Espada À Cinta. Manuscrito.
- ¹⁸ ANDRADE, Anselmo de; JUSTINO, David. *Portugal Económico e outros escritos económicos e financeiros (1911 – 1925)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p.69
- ¹⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Editais da Administração do Concelho de Freixo, manuscrito.
- ²⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Atas das sessões da comissão executiva da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1914 – 1920. Manuscrito, p.20.
- ²¹ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Atas das sessões da comissão executiva da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1914 – 1920. Manuscrito, p.20.
- ²² ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas, 1910 – 1921. Manuscrito.
- ²³ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas, 1910 – 1921. Manuscrito.
- ²⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas, 1910 – 1921. Manuscrito.
- ²⁵ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Correspondência Expedida, 1916 – 1919. Manuscrito.
- ²⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas, 1910 – 1921. Manuscrito
- ²⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas 1910 – 1921. Manuscrito
- ²⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Correspondência Expedida 1916 – 1919. Manuscrito
- ²⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas 1910 – 1921. Manuscrito.
- ³⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas 1910 – 1921. Manuscrito.
- ³¹ LAINS, Pedro. *Os Progressos do Atraso: Uma nova história económica de Portugal, 1842 – 1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p.147
- ³² PIRES, Ana Paula. A Organização da Economia de Guerra (1914 – 1919). In LOUSADA, Abílio Pires; ROCHA, Jorge Silva (Cord.) *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp.93 – 107.
- ³³ SALAZAR, António de Oliveira; VALÉRIO, Nuno; *O Ágio do Ouro e outros textos económicos: 1916 – 1918*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p.151
- ³⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Editais da Administração do Concelho de Freixo de Espada à Cinta. Manuscrito.
- ³⁵ PIRES, Ana Paula. A Organização da Economia de Guerra (1914 – 1919). In *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp.93 – 107.
- ³⁶ LAINS, Pedro. *Os Progressos do Atraso: Uma nova história económica de Portugal, 1842 – 1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p.149

Referências:

ANDRADE, Anselmo de; JUSTINO, David. *Portugal Económico e outros escritos económicos e financeiros (1911 – 1925)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Atas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1914 – 1920. Manuscrito.

ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Registo de telegramas 1910 – 1921. Manuscrito.

ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Editais da Administração do Concelho de Freixo de Espada à Cinta. Manuscrito.

ARQUIVO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, Correspondência Expedida 1916 – 1919. Manuscrito.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA, ADBG-COV-CX630010. Administrador do Município de Freixo de Espada à Cinta. Manuscrito.

CALDAS, Eugénio de Castro. *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: E.P.N – Empresa de Publicações Nacionais, 1998.

CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage. *Primeira República: em datas e ilustrada*. Lisboa: Edição de Autor, 2008

DIÁRIO DO GOVERNO, nº84/1918, Série I de 1918-04-22. Manuscrito. 22-04-1918

LAINS, Pedro. *Os Progressos do Atraso: Uma nova história económica de Portugal, 1842 – 1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003

MARQUES, António Oliveira. *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores, 2010

PIRES, Ana Paula. A Organização da Economia de Guerra (1914 – 1919). In LOUSADA, Abílio Pires; ROCHA, Jorge Silva (Cord.) *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp.93 – 107.

SALAZAR, António de Oliveira; VALÉRIO, Nuno. *O Ágio do Ouro e outros textos económicos: 1916 – 1918*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

VARELA, José Augusto dos Santos. *A memória e os tempos: 1918 – 2018 Algumas recordações no 100º Aniversário do Ministério da Agricultura*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, 2019